

da Guarda MD e outra na região da Madre. Finalizando disse que a partir de março/2018 será feito um cronograma de trabalho e que vão começar pelas estradas devendo as máquinas ficarem nas comunidades, evitando deslocamento desnecessário. **Manifestação de conselheiros:** Pedro, representante da região da Madre, disse que as ideias só ficam no papel; argumentou que o pessoal da madre solicita os equipamentos e estes não vão. Disse que a máquina quebrou, que o tratorista estava de férias e o milho passou da hora de colher. Informou ainda que as máquinas da PMT estão sendo utilizadas no final de semana e que é preciso disponibilizar e agilizar o atendimento aos agricultores; Daniel da PMT argumentou que a ensiladeira nova quebrou várias vezes e que a empresa responsável não atendeu à solicitação de assistência técnica. Milton questionou o serviço realizado fora do expediente; Clair, representante do Sindicato Rural, falou da legislação existente e do pagamento de hora extra; Daniel questionou sobre o pagamento realizado pelos agricultores. Salientou que os serviços nas estradas rurais não estavam sob responsabilidade da secretaria de desenvolvimento econômico; Miro, presidente do CMDR e representante da região de Rio do Pouso, disse que os agricultores tiveram que se reunir e pagar para realização de serviços de terceiros (patrola); Marcio questionou sobre a situação de conclusão do trabalho nas estradas do Caruru, realizado com o apoio do SC Rural; Daniel informou que a PMT vai contratar serviços de detonação de rochas nas estradas rurais; Ressaltou que a agricultura representa cerca de 0,8% da movimentação econômica do município e que é fundamental a emissão de NFP. Disse que após 60 dias da emissão da NFP o agricultor tem que levar na secretaria para dar baixa e se isso não acontecer haverá multas. Falou ainda que todo o recurso arrecadado deverá ir para o fundo municipal de desenvolvimento rural e lembrou da possibilidade de emissão de NF eletrônica. Valdir, representante da Copagro, questionou esse procedimento dizendo que o prazo de 60 dias fica difícil para os orizicultores; Clair, representante do sindicato rural, solicitou à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e ao CMDR informações se existe legislação garantindo isenção de pagamento da taxa da Cosip para os orizicultores que utilizam bombas de irrigação. Daniel informou que a PMT pretende isentar os orizicultores que utilizam bombas. Marcio questionou porque não contemplar outros agricultores que também fazem uso para irrigação como olericultores, pecuaristas e piscicultores. **Encerramento:** finalizando os trabalhos foi marcada a próxima reunião ordinária do CMDR para o mês de abril de 2018 em dia, local e horário a serem confirmados. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, e, eu Marcio Bortoluzzi Delpizzo, secretário do CMDR, lavro a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros presentes. 26/02/2018.

